

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data 01, 08, 96
cod TED00045

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BELÉM
RELATÓRIO DE OCORRÊNCIAS

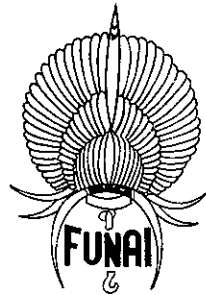
Belém, 10.06.96

A CRÔNICA DE UMA TRAGÉDIA ANUNCIADA

"É muito fácil livrar-se das responsabilidades, difícil é livrar-se das consequências por ter se livrado delas" (Graciliano Ramos)

Antes de relatarmos detalhadamente o episódio do cativoiro de 77 índios Tembé, Timbira e Kaapor e três funcionários da FUNAI, ocorrido na Vila de Livramento, município de Garrafão do Norte, precisamos nos reportar a alguns fatos que antecederam à humilhação imposta aos índios e funcionários da FUNAI por invasores, madeireiros e políticos da região. Esses fatos, com certeza, confirmarão que a paciência dos índios com a lentidão dos órgãos competentes para garantir o usufruto de suas terras estava mais do que esgotada. Promessas e mais promessas não foram cumpridas (ver os recortes de jornais em anexo), e não precisava ser profeta para adivinhar no que isto tudo acabaria dando.

Mesmo antes de assumir a chefia do Pin. Canindé, em abril de 1993, já tinha consciência da gravidade da situação de invasões e esbulhos de toda sorte na Terra Indígena Alto Rio Guamá. O problema de invasões e desrespeito aos direitos indígenas, que ocorrem em praticamente todas as terras indígenas no Brasil, é acentuadamente mais grave na terra habitada por índios das tribos Tembé, Timbira e Kaapor. O nível de degradação da natureza, a



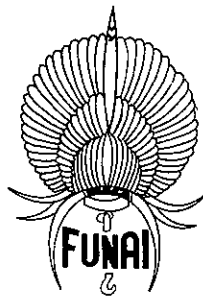
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

retirada constante e ilegal de madeira, o incentivo às invasões pelos "chefetes" políticos locais, com o intuito de estabelecer o "fato consumado", com o claro objetivo de reduzir a terra indígena, torna o problema mais complexo e de difícil solução.

Durante muitos anos, uma sucessão de "erros" conscientes - cometidos por funcionários dos órgãos que deveriam defender os direitos indígenas, mas que agiam exatamente na direção oposta, por interesses excusos, não confessáveis, levando até mesmo ao aliciamento de indígenas - facilitaram as invasões e, por tabela, a retirada de madeiras. Os índios receberam migalhas como pagamento pela destruição acelerada de suas terras, o que contribuiu decisivamente para o agravamento de toda a situação.

Com o passar dos anos, as mudanças ocorridas em toda a sociedade brasileira, que forçaram a democratização e mudança de postura da própria FUNAI, os índios, como parte integrante da sociedade, também começaram a compreender os desatinos desta situação, particularmente com o aparecimento de novas lideranças, que se articularam e aprenderam com os seus parentes de outros locais, a denunciar, cobrar e exigir uma mudança na política de assistência da FUNAI, que em nada atuava em termos de política fundiária, principalmente de desintrusão da terra indígena, limitando-se a um assistencialismo precário e quase sempre comprometido com o clientelismo das forças políticas locais.

Em 1991, quando o servidor Dílson Marinho assumiu a chefia do Pin. Alto Rio Guamá, as mudanças ganharam maior impulso, fruto do trabalho de conscientização e de resgate da auto-estima dos

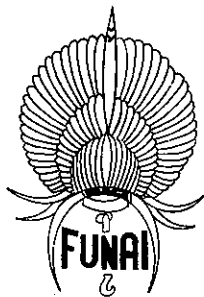
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

indígenas, com a retomada de valores culturais quase esquecidos e relegados a um plano secundário.

A crise de identidade dos indígenas teve também suas vantagens para os próprios índios. Primeiro, a de desligar os indígenas de um passado que não lhes pertencia. Segundo, de levá-los a buscar um novo rumo, que, aliás, começa a aparecer. Os índios vão procurando novos rumos a partir da experiência de muitas das suas histórias carregadas de dramas e perplexidades, da experiência promissora na descoberta de uma nova concepção de vida e da busca incessante de uma visão alternativa de sobrevivência.

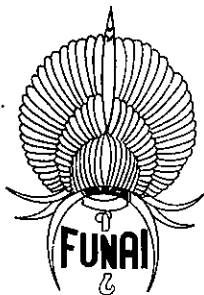
Tanto no Pin. Guamá quanto no Pin Canindé, está surgindo uma nova geração que privilegia a transformação e não a continuidade deste estado de coisas. Os índios Tembé estão em busca de seus direitos no enfrentamento, e não na aparente segurança de aceitar tudo como inevitável. Aí se fez a diferença. Sua epopéia tem início com pequenas ações que vão crescendo, tanto no campo do enfrentamento direto com os invasores quanto na disputa política, para convencer os órgãos reponsáveis por estas soluções e na batalha para ganhar o apoio da opinião pública.

Nos últimos anos, inúmeros acontecimentos levaram os Tembé às manchetes dos jornais, principalmente as reuniões com todos os órgãos que têm a obrigação legal de dar soluções para seus problemas e os encontros com lideranças dos invasores de suas terras. A Comissão de Estudos criada na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, viagens a Brasília para denunciar e cobrar dos órgãos o cumprimento de suas obrigações são alguns exemplos. Mas, infelizmente, as ações para desestimular as invasões e destruições

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

desenfreadas se fizeram necessárias para evitar que milhares de hectares de florestas sejam destruídos num ritmo avassalador, sempre com justificativas da necessidade de terras para os invasores, não respeitando em nenhum momento os direitos dos indígenas, que não invadiram um palmo sequer de terra fora do seu território, e agiram sempre dentro dos seus direitos inalienáveis. Os que reclamam da violência foram os primeiros a agredir e usar de violência para tentar estabelecer "direitos". Os índios reagiram dentro desta violência previsível, mas nunca muito distante do seu dia-a-dia, tratando-se de um recurso desesperado, longamente anunciado que chega a surpreender por ter demorado tanto a acontecer. É ilusão acreditar que só os invasores tenham direito a evoluir nas suas concepções, formas de luta e organização, e os índios não. Pensar assim é puro preconceito.

No início do ano de 1996, os índios sinalizavam que sua paciência estava se esgotando. Convocaram uma reunião na aldeia Canindé, exigindo a presença do presidente da FUNAI, que enviou um representante. No dia 16.01.96, uma equipe composta pelo representante do presidente da FUNAI, Wellington Figuerêdo; a chefe do D.F.U, Regina Fonsêca, o chefe da D.A.G, Paulo Brabo e, por mim, chefe do Pin. Canindé, se deslocou ao referido posto e foi aprisionada e tomada como refém, para forçar a ida do presidente da FUNAI ao posto indígena. Após tensas negociações, as lideranças aceitaram vir a Belém para participar de uma reunião com o presidente Márcio Santilli e diversos secretários do governo do estado do Pará, no dia 20.01.96. Nesta reunião demonstraram toda sua insatisfação e revolta com a situação do seu território. Receberam várias promessas, documentadas pela imprensa, de que tudo ia mudar.

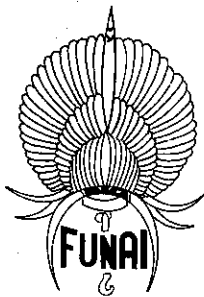


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Em fevereiro/96 foram a Brasília. Novas reuniões com FUNAI, IBAMA, INCRA e Polícia Federal. Formulou-se um plano de trabalho para o desintrusamento e defesa das terras indígenas Alto Rio Guamá, Alto Turiaçú e Carú. Mesmo com muitas dificuldades os trabalhos projetados começaram a ser executados, com o apoio e acompanhamento dos índios, que, ao participarem das atividades, conheceram mais de perto as dimensões dos estragos causados pelas invasões de suas terras.

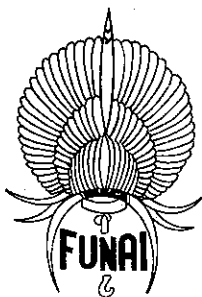
Em abril/maio/96, uma equipe da FUNAI, IBAMA e índios começa um trabalho de fiscalização da retirada de madeira na Terra Indígena Alto Rio Guamá. No dia 06.05.96, esta equipe apreende 04 caminhões carregados com madeira e cerca de 450 m³ de toras de madeiras nobres. Dia 09.05.96 a equipe apresenta-se em Belém. No dia 10.05.96, sem explicações convincentes, o IBAMA libera os caminhões para os madeireiros em menos de 24 horas. Este fato provoca a revolta dos indígenas e vai tornar-se o estopim para os acontecimentos seguintes.

No dia 20.05.96, fui chamado para atender o radiofonia da FUNAI na sede do órgão. Os índios do Canindé estavam revoltados com a liberação dos caminhões e informavam que desceriam em caravana para o Gurupi, de onde viriam até Belém, para cobrar do IBAMA a responsabilidade pela liberação dos caminhões. Em 21.05, nos dirigimos ao Gurupi, eu e o servidor Paulo Brabo, para negociar com os índios, já que naquele período as autoridades responsáveis pelos órgãos afetos ao problema encontravam-se todas em Brasília, e nada adiantaria a vinda deles para Belém. A situação agravou-se após os índios tomarem conhecimento de notícias publicadas nos jornais, dando conta de que seriam indígenas que estariam negociando madeira

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

na terra indígena. Em represália a todos estes absurdos, decidiram que iriam queimar toda a madeira apreendida e, em seguida, deslocarem uma comissão para vir a Belém cobrar responsabilidades. Neste dia, 22.05, o caminhão da FUNAI estava em reparos, em uma oficina de Belém. Retornamos a esta capital para conseguir o veículo para transportar os indígenas. No dia 24.05, voltamos ao Gurupi, eu e o servidor David Isaac, levando o caminhão que, no dia seguinte, transportaria 34 índios até o Pin. Guamá. No domingo 26.05, em reunião, os índios decidem solicitar mais um caminhão para a FUNAI, para viabilizar o transporte de todos que queriam ir até o local da madeira apreendida. Assim foi feito. Voltamos a Belém e viabilizamos o fretamento de mais um caminhão, para atender o pedido dos indígenas. No dia 28.05 nos deslocamos até a cidade de Capitão Poço, onde nos encontramos com o chefe do Pin. Guamá, servidor Dílson Cavalcante, que estava retornando do trabalho de fiscalização conjunta entre IBAMA e FUNAI, para coibir a exploração ilegal de madeira na terra indígena. Dílson se juntou à nossa equipe com o Toyota do posto indígena, que encontrava-se em reparos nesta cidade. Por volta das 14:00 horas chegamos à aldeia São Pedro, onde todos os índios estavam reunidos.

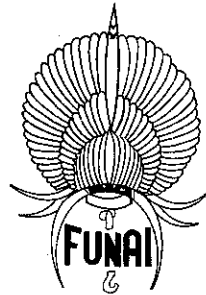
Todas estas idas-e-vindas, com a presença ostensiva de um grupo grande de índios, permanecendo em cidades e circulando exatamente na região irradiadora das invasões, provocou a inquietação e articulação dos setores que defendem e aproveitam-se das invasões, fatos estes que, por absoluta ingenuidade, só nos dariamos conta bem mais tarde, quando já havíamos caído em emboscada.

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Na noite do dia 28.05 aconteceu uma reunião geral, durante a qual foram decididos os passos da missão que seria realizada no dia seguinte. Os índios acertaram que não iriam usar de violência com invasores que por ventura encontrassem dentro da terra indígena, apenas anotando os nomes, para encaminhar, à FUNAI, que tomaria as providências cabíveis, mas não aceitariam, porém, a presença de invasores armados dentro da reserva. Queimariam toda a madeira apreendida, registrando com fotografias para provar o fato em Belém. Fariamos o levantamento do local em que os índios pretendem construir uma aldeia, para atuar como frente de vigilância. Foi decidido também que sairíamos de madrugada para não passar nos povoados dia claro, para evitar confrontos e provocações.

Assim foi feito. Saímos do posto indígena às 04:00 horas do dia 29.05.96. Pelos dissabores do destino, no entanto, nossos planos começaram a dar errado logo que começamos a nos deslocar. Devido às fortes chuvas que caíram na região, durante a noite e madrugada, os 02 caminhões que compunham a caravana atolaram ainda em frente a aldeia, e nós perdemos um tempo precioso para conseguirmos liberar os veículos, tempo este que nos custou caro, conforme iríamos saber depois.

Quando conseguimos chegar na ponte clandestina, no igarapé Tawary, limite da terra indígena, já eram 07:30 horas e todos os moradores dos povoados já sabiam da nossa presença na área. Ao longo da estrada construída pelos invasores fomos encontrando diversas pessoas. Todas eram abordadas por nós com urbanidade e tinham seus nomes anotados, sendo alertadas para a ilegalidade de estarem ali, dentro da reserva indígena, sendo informadas dos trabalhos de desintrusão da área, e aconselhadas a sair. Neste

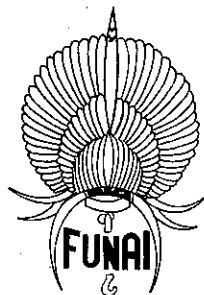


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

interim, os índios, revoltados com os níveis de destruição existentes em suas terras, começaram a cometer pequenos desvios do plano original, o que os prejudicariam posteriormente, como cortar pneus de bicicletas e motos, mas não usando de violência em momento algum, não tocando um só dedo em quem quer que seja. No trajeto até o local onde encontrava-se a madeira apreenderam 02 espingardas, alguns facões e 02 revólveres, sendo que um destes estava na posse de um indivíduo reconhecido pelos próprios moradores da Vila Livramento como um perigoso pistoleiro.

Depois de constatarmos a devastação generalizada da terra indígena - com grandes áreas desmatadas, profusão de toras abatidas ao longo da estrada, extensões enormes de pasto, fazendas estruturadas e até uma casa em alvenaria com motor de luz e antena parabólica, o que joga por terra o falacioso argumento de que os invasores são uns "pobrezinhos" - chegamos por volta das 12:00 horas em uma das esplanadas onde havia a concentração de muitos troncos de árvores abatidas. O quadro era desolador e dava a dimensão da ganância e insanidade daqueles que ainda têm o cinismo em se achar no direito de continuar com suas atividades criminosas. Todos os índios ficaram muito assustados com esta desfaçatez e reclamavam por que não se fazia nada para acabar com estas atividades predatórias?. Com muita revolta, prepararam coivaras sobre os troncos e atearam fogo na madeira. Por volta das 12:30 horas iniciamos nossa viagem de retorno.

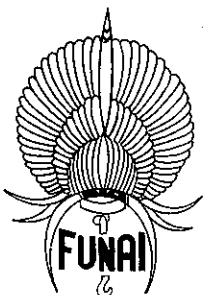
Devido ao grande sentimento de revolta que se estendeu sobre todo o grupo de indígenas, o clima ficou mais carregado. Começaram a abater pequenos animais e alguns porcos dos invasores, tomaram 03 motores de cevar mandioca e encontraram um saco com uma

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

razoável quantidade de maconha em uma casa abandonada pelos invasores, o que fez crescer mais ainda a revolta. Ao chegarem em uma fazenda, resolveram abater 02 cabeças de gado como protesto pelos prejuízos causados à terra deles. Cabe notar que, neste local, pediram ao morador, que é vaqueiro de um vereador que mora em Vila Livramento, para prender o gado que queriam matar. Por razões que eu desconheço, o vaqueiro conseguiu fugir, abandonando no local sua jovem esposa, que estava muito assustada, e 03 crianças. Nenhuma destas pessoas sofreram qualquer tipo de agressão ou constrangimento, muito pelo contrário, ficaram conversando descontraidamente conosco, devido a demora que os índios permaneceram no local, o que também acabou sendo fatal para o desfecho dos acontecimentos.

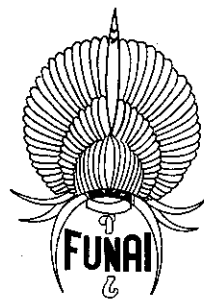
Saímos da fazenda por volta das 14:30, chegando rapidamente na ponte sobre o igarapé Tawary. Neste momento o grupo decidiu destruir a ponte para desencorajar mais invasões. Cortaram as travessas com motosserras e atearam fogo na estrutura da ponte, permanecendo no local até às 15:00. Começamos a fazer o deslocamento até o povoado de Vila Livramento, a apenas 02 quilômetros do igarapé Tawary. Ao entrarmos na área urbana fomos percebendo que algo de anormal estava acontecendo. As pessoas corriam nas ruas, muitas se escondiam, e era latente que o clima era de tensão absoluta. chegamos até um pequeno córrego que corta a cidade e nos deparamos com uma situação de impasse. A pinguela que permite o trânsito de veículos havia sido retirada pelos moradores, configurando-se aí uma emboscada para a nossa equipe.

O clima de tensão chegou ao auge quando invasores armados ameaçavam aos gritos atirar contra nós, que prortávamos 63

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

armas entre rifles e espingardas, e mais 06 revólveres. O confronto era iminente e certamente seria extremamente sangrento, prenunciando um massacre. A alternativa mais prudente e sensata era tentar uma negociação. E foi o que nós fizemos. Atravessamos o que restou da pinguela e fomos conversar com os moradores. Mesmo estando armados, não ostentamos em nenhum momento armas contra ninguém, tentando um acordo. As pessoas apontavam espingardas na nossa direção e nos ameaçavam de morte a todo instante, dentro de uma situação de caos total. Concordamos com todas as exigências feitas pelos líderes da emboscada, que não se entendiam entre eles. Exigiram a entrega de todas as nossas armas, e assim foi feito. Aí começou o nosso martírio.

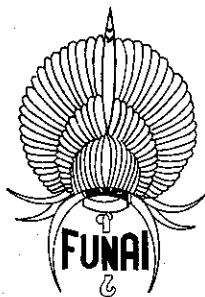
Dominados os índios, os moradores começaram as agressões e humilhações de toda ordem. Batiam, espancavam, tomaram todos os nossos pertences, dos bens dos índios levaram tudo, até colares e pulseiras de artesanato. Dos funcionários da FUNAI, nos saquearam: 03 máquinas fotográficas, 01 bolsa tipo "pochete" com todos os documentos e R\$ 700,00 reais, 01 relógio, 01 agenda eletrônica e outra simples, 01 sandália, 01 tênis, 02 lanternas, 02 revólveres e cerca de 30 fitas cassetes. Dos veículos da FUNAI, saquearam 02 toca-fitas, 02 motosserras marca STHILL 051, 02 extintores de incêndio, 02 caixas de ferramentas, 02 pneus sobressalentes. Nem o caminhão particular tipo "Mercedinho", fretado pela FUNAI, mas que não tinha nada a ver com a história, escapou da fúria dos agressores e foi parcialmente destruído e saqueado, escapando de ser queimado como o Toyota e o F-4000 da FUNAI pela interferência de umas poucas pessoas de bom-senso que não compactuaram com aqueles que eram insuflados principalmente pelo madeireiro Édson Amâncio, por um tal de Genaro, motorista do ônibus

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

da Transmoreira que faz linha para Capitão Poço, por um tal de Pedro Frota, por um tal de Zé Goiano. Pelos indivíduos conhecidos como "Carlinhos" e "Ananias" e também por outros que nós não sabemos os nomes mas poderíamos identificar.

Fomos levados para um pequeno depósito, ficando à mênça da turba enfurecida, que nos humilhava, ofendia, batia e ameaçava a todo momento de morte. Neste momento o indivíduo conhecido como Édson Amâncio, madeireiro da região e candidato à vice-prefeito de Garrafão do Norte, ficou à frente da multidão fazendo discursos inflamados tentando se oportunizar da situação, para auferir dividendos políticos, fazendo graves acusações de corrupção contra funcionários do IBAMA e da FUNAI, afirmando ter repassado R\$ 8.000,00 ao funcionário da FUNAI Flávio Ohashy e agentes do IBAMA. Este escroque tentava convencer-nos, que deveríamos nos corromper, aceitando dinheiro dos madeireiros e ficando coniventes com a retirada de madeira, pois, segundo ele, era assim que agiam todos na região. O meliante ainda teve a desfaçatez de se dizer magnânimo e que estaria nos protegendo, organizando nosso deslocamento para a delegacia do local. Sugerimos sermos levados para a igreja ou colégio, o que não foi aceito pelo fácinora. Ordenou que fôssemos sendo levados em grupos de 10 pessoas, não sem antes nos expor a toda sorte de humilhação, fazendo comentários escabrosos a respeito da etnia dos indígenas, com citações estapafúrdias e preconceituosas, cheias de erros de português e sem a mínima coerência.

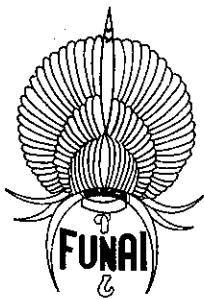
No trajeto, sofremos espancamentos generalizados e humilhações de toda espécie, até chegarmos à delegacia. O local é um ambiente acanhado de no máximo 50 m², onde tivemos que nos comprimir

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

para permitir a entrada de 80 pessoas. A temperatura era sufocante e alguns índios começaram a passar mal; não havia banheiros para necessidades fisiológicas; as pessoas precisavam defecar e urinar, e o faziam nos cantos das celas, o que piorava em muito a situação, criando condições desumanas para nossa permanência no local. Fora da delegacia o barulho era ensurdecedor, com as pessoas gritando e ameaçando atear fogo em todos nós. O prédio não possui as mínimas condições de segurança. As pessoas batiam nas paredes e janelas, apontavam armas por entre as frestas, e o clima era de total terror e tortura. Havia elementos sádicos que atiravam urina, fezes, terra e mato sobre as paredes, tornando nossa situação insuportável. Um sujeito, que se dizia vereador para se promover perante nossos algozes, sugeriu que os índios tinham que lavar a cara para tirar suas pinturas. Providenciou um balde com água sanitária e sabão e obrigou alguns índios a esfregarem esta mistura no rosto, sem ouvir nossas ponderações de que a pintura era a base de genipapo, que provoca uma reação de oxidação da pele e jamais sairia com qualquer espécie de lavagem. Foram diversas as humilhações que fomos obrigados a passar. Trouxeram água com urina para bebermos, quiseram nos obrigar a comer mato e toda sorte de insanidade.

Se fôssemos relatar todas as atrocidades que foram cometidas contra nós, perderíamos muito tempo e encheríamos várias páginas ao detalharmos os desvios mentais, dessas pessoas que ainda arvoram-se denominar-se "seres humanos", mas são capazes de cometer atos indignos em momentos de histeria coletiva. Só o fato de escaparmos vivos, é a resposta para suas covardias.

Conseguimos amanhecer todos vivos no dia 30.05.96. Por uma questão de justiça, é bom ressaltarmos o papel da equipe da TV

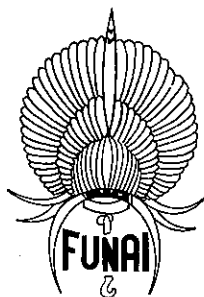
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

"Liberal" de Castanhal, que foi fundamental na tentativa de desestimular um massacre contra nós, permanecendo a madrugada toda à frente da delegacia, tentando garantir nossa sobrevivência.

Por volta das 06:30 recebemos a visita da equipe da FUNAI, que veio negociar nossa libertação. Ao confirmarmos a presença da Chefa da D.F.U., servidora Regina Célia Fonseca, sabíamos que o pior já havia passado. Por intervenção direta da equipe da FUNAI, juntamente com o promotor da cidade de Garrafão do Norte, Arnaldo Azevêdo, que também desempenharia papel fundamental na condução das negociações, fomos transferidos para um local mais digno, oferecido pelo fazendeiro, também invasor da terra indígena, Humberto Alencar, conhecido como "Paraíba". Este senhor providenciou nosso deslocamento em um caminhão de sua propriedade, para um galpão mais amplo, anexo à sua residência.

Neste local tivemos condições de pelo menos deitar no chão, para termos o mínimo de descanso, em que pese a gritaria e ameaças externas, que não pararam um só minuto. Também ali podemos receber uma refeição inicial de bolachas com banana, patrocinada pela equipe da FUNAI, na pessoa do servidor Juscelino Bessa. Por volta das 12:00 horas, o senhor "Paraíba" nos ofertou com seu "bondoso coração" carne em lata de conserva com farinha, o que serviu pelo menos para manter os índios vivos, apesar da diarreia que viria depois.

Assim transcorreu-se o dia 30.05., sem grandes novidades, já que íamos aos poucos nos acostumando com as ofensas verbais gritadas sem parar e as tentativas de quebrar nossa resistência, através da introdução de pequenos grupos de pessoas

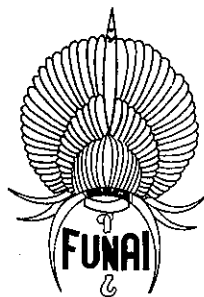
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

"amigas" no galpão que estávamos encarcerados, para fazer sessões de agressões "light" e sermões para que não voltassêmos à cair no pecado de lutar pela terra indígena, aceitando o fato consumado de que a razão sempre tem que estar ao lado dos invasores, afinal, "para quê tanta terra na mão de índios preguiçosos".

As negociações, as quais tínhamos informações através da equipe da FUNAI, arrastavam-se em marchas e contra-marchas ao sabor do radicalismo e delírio de lideranças despreparadas, o que levava a reger a intensidade das agressões. Na parte da noite, recebemos o brinde de sermos obrigados a aturar um discurso cheio de desvios, preconceitos e ataques graciosos do vice-presidente da FETAGRI-Pa, indivíduo conhecido como "Jorge", que, no alto do seu pedantismo, não perdeu a oportunidade de se promover para uma diminuta platéia de eleitores seus, nos fazendo ataques que estavam já se tornando cansativos pela falta de criatividade e maior talento. Durante a madrugada, continuou o ritmo repetitivo de ameaças e humilhações, que já não conseguiam nem nos assustar.

Amanhecemos no dia 31.05 com a possibilidade de solução do impasse. Porém, o festival de vaidades de sindicalistas, políticos, madeireiros e aventureiros de todo tipo, sempre se configurava como uma ameaça para uma brusca mudança de rumo, ao sabor do humor de um gaiato qualquer.

Por volta das 10:00 horas o sempre oportunista Édson Amâncio aparece e ordena que os dois chefes de postos indígenas da FUNAI, juntamente com as duas lideranças indígenas mais expressivas e seguras, naquele momento, Valdecir e Edinaldo Tembê, fossem levados para um pequeno depósito, isolados do grupo de



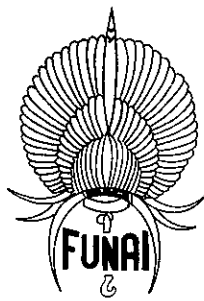
Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

prisioneiros. Neste local, viemos a saber que o delegado da Polícia Federal, cansado da indefinição crônica daqueles que queriam mais tirar proveitos políticos, do que acordar uma solução, definira um prazo limite para um acerto, caso contrário ameaçava invadir o local e garantir nossa libertação. Diante deste fato real, resolveram nos fazer de escudo. Se a Polícia Federal entrasse, nós morreríamos.

Neste momento, Édson Amâncio, juntamente com uma mulher conhecida como "Nelly", candidata à prefeitura de Garrafão do Norte na chapa que tem Édson como vice-prefeito, preparou mais uma pantomina. Levaram uma filmadora e obrigaram os índios a declararem um monte de bobagens, na vã tentativa de caracterizar tal palhaçada como prova documental contra a comunidade indígena. Contaram ainda com a colaboração de um filho da referida mulher, que seria candidato a vereador. Imagina-se, o que um trio de tão "elevadas virtudes" não fará com as finanças públicas, caso consigam ludibriar a boa fé popular.

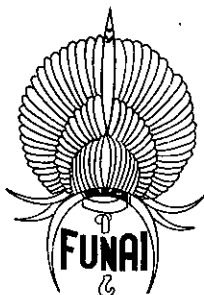
Felizmente, a ameaça de nos usar como escudo ficou somente na bravata. O acordo foi fechado e por volta das 12:30 horas, quando fomos informados que seríamos libertados. À 01:00 hora fomos conduzidos ao ônibus e sob escolta das polícias Civil, Militar e Federal, pudemos realizar nossa viagem até Capitão Poço sem nenhum sobressalto, encerrando este lamentável episódio com alguns índios feridos fisicamente e outros abatidos psicológica e moralmente.

O momento mais marcante desta triste história foi a nossa chegada à aldeia São Pedro, no Pin. Guamá. Fomos recebidos por todos aqueles que ficaram - homens, mulheres, velhos e crianças - em uma recepção calorosa e emocionante, na qual não faltou muito choro

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

e abraços. Choro não de derrota, mas de orgulho de um povo que viu seus melhores filhos serem capazes de enfrentar todas as adversidades e riscos de vida para lutar pela sua terra e por seus direitos, sem intimidarem-se nem acovardarem-se perante à espúria aliança de interesses que reuniu madeireiros, fazendeiros, pistoleiros e bandidos desconsiderados com sindicalistas ditos de esquerda, pequenos trabalhadores rurais, comerciantes e até um padre oportunista e bajulador. Os índios se fortaleceram na agressão humilhante, com a certeza de que isto não irá curvá-los nem abatê-los.

O que ficou claro após analisarmos tudo o que passamos nas mãos destes celerados foi a certeza de caímos em uma cilada preparada por fazendeiros, madeireiros e invasores, comandados por Édson Amâncio e Humberto Alencar, conhecido como "Paraíba". Esta informação nos foi passada por pessoas ligadas a eles e que ficavam conversando furado e se vangloriando no galpão em que nos encontrávamos encarcerados. Toda a movimentação dos índios, permanecendo vários dias nas cidades e se deslocando por estradas usadas pelos invasores, provocou a articulação desta emboscada. Às 10:00 horas, quando ainda estávamos nos deslocando para o local da madeira apreendida, o padre de Garrafão do Norte já ligava para órgãos da imprensa em Belém e para o CIMI Norte 2, informando que nossa equipe estava saqueando supermercados e posto telefônico, fato que nunca aconteceu. Às 12:00 horas estas notícias mentirosas estavam sendo veiculadas com destaque nas televisões de Belém, quando nós ainda estávamos iniciando a queimada da madeira e não tínhamos a mínima idéia do que viria a nos acontecer. Se de fato quiséssemos atacar invasores, é evidente que levaríamos um número bem maior de índios e jamais iríamos de carro passando pelo meio de

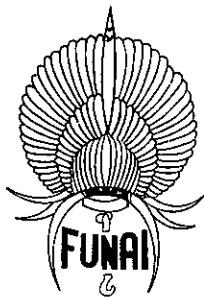


Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

povoados e retornando pelo mesmo lugar. Somente se fossemos completamente idiotas agiríamos desta forma.

A questão de fundo na Terra Indígena Alto Rio Guamá não poderá ser solucionada senão pelo diálogo e ampla negociação. A outra alternativa seria uma guerra civil, e isto não pode ser levado em conta por quem tem um mínimo de sanidade. Porém, temos que saber separar quem de fato tem autoridade e respeito para sentar à mesa de negociação, daqueles oportunistas asquerosos de diversas estirpes, que só querem ver o circo pegar fogo para saquear o rescaldo. Vamos unir forças e capacidades mentais para isolar estes elementos e chegarmos à verdadeira solução, que contemple todos os direitos, de quem tem verdadeiramente direitos. Temos que entender que estamos em situações humanas delicadas, nas quais é preciso buscar o equilíbrio dos direitos nossos com os direitos deles, que não necessariamente sejam conflitantes.

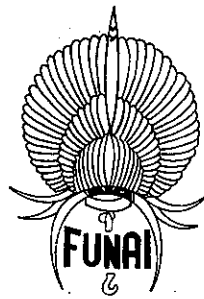
Não podemos tolerar o discurso mesquinho e preconceituoso daqueles que não conseguem ver méritos nas ações dos indígenas e ficam eternamente a buscar culpados e incentivadores, como se os índios fossem seres acéfalos e despossuídos de sentimentos de revolta, quando na verdade a história sempre mostrou o contrário - apenas foram amortecidos e vacinados por pessoas que desejavam seu desaparecimento e destruição como sociedades estruturalmente organizadas. A revolta indígena mostra o que tantos mais atentos e observadores já sabiam há tempos: a história por vezes avança pelo lado ruim e mais traumático, e o futuro sabe como vingar-se das investidas do passado. Será que isto não quer dizer nada para os eternos arrogantes e presunçosos ???

Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Mesmo passando por tudo que passamos neste episódio lamentável, não podemos deixar de reconhecer que ele teve um lado positivo, que foi o de chamar a atenção de toda a sociedade para a real dimensão do problema. Talvez agora depois do acontecido, e da quase tragédia, não tenhamos mais que assistir as omissões que eternizavam o conflito. Se fomos obrigados a ser protagonistas da história mais uma vez, foi por não nos omitirmos e assumirmos as responsabilidades das nossas funções, mesmo tendo sempre muito claro os riscos que acarretam as investidas ao lado dos indígenas, sob todos os aspectos - profissional, emocional e físico. Se outra fosse a nossa posição, nos recusando à acompanhá-los, certamente agora estaríamos lamentando um massacre.

Sabemos da ira que nosso trabalho provoca nos setores mais atrasados e preconceituosos, que não aceitam o índio querendo definir o seu destino e anseiam pela preservação de posturas anacrônicas e extemporâneas, mas não trabalhamos para ser "bonzinho e simpático", trabalhamos para ser eficiente. Eficiente para justificarmos o salário que recebemos. Eficientes para tentarmos viabilizar os interesses da comunidade indígena com o nosso trabalho em particular e da causa indígena como um todo.

Não podemos deixar de sentir profunda irritação quando escutamos comentários de histórias que são contadas de maneira truncada e distorcida a respeito do nosso trabalho, mas o que de fato acontece é que gostamos de assumir nossas responsabilidades. Procuramos falar o que pensamos, somos francos, e esta franqueza é algo difícil das pessoas digerirem, mas não se pode deixar de falar o que está errado e atinge direta ou indiretamente às comunidades indígenas. A nossa forma de expressão é esta.



Fundação Nacional do Índio
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Tem gente que para chupar manga usa garfo e faca, e tem outras pessoas que se atracam com a manga sem medo de se melar com o caldo. Nós somos, e preferimos ser, como as pessoas do segundo exemplo.

Francisco Potiguara Tomaz Filho
FRANCISCO POTIGUARA TOMAZ FILHO
CHEFE PIN CANINDÉ

DÍLSON CÉZAR CAVALCANTE
CHEFE PIN GUAMÁ